

TRABALHO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA NA CERÂMICA VERMELHA

João Henrique Zanelatto^{1}*

RESUMO: O estudo que apresentamos ao leitor constitui-se de parte do terceiro capítulo de nossa dissertação de mestrado em História, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1998. Objetivamos dar visibilidade para as experiências dos trabalhadores da cerâmica vermelha – olarias do município Morro da Fumaça entre os anos de 1970 a 1990. No estudo foram abordados o crescimento do setor, a procedência da mão de obra e a noção de resistência e sobrevivência, as disputas para conquistar um sindicato independente e, por fim, foram analisadas outras formas de resistência: a organização do grupo de jovens e a luta contra o vale.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência. Trabalhadores. Cerâmica.

ABSTRACT: The study that presents to reader constitute of the part of the third chapter of our dissertation of the master in History, defended in the Federal Santa Catarina University, in 1998. We object to give visibility to the experience of the workers of the red Earthware – potteries of the community to Morro da Fumaça between the 1970 and 1990 years. In the study went approached the sector's growth, the workers' origin and the resistance and survival' s notion, the dispute to conquer an independence syndicate and to end, It went analyzed others resistance's forms: the groups of the young's organization and the fight against of the valley .

KEYWORDS: Resistance. Workers. Earthware.

¹ *Doutor em História pela PUCRS. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor e coordenador do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa "História Econômica e Social de Santa Catarina". E-mail: jhz@unesc.net.

Trabalho e sobrevivência

Incorporar à história as tensões sociais de cada dia implica a construção da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo (DIAS, 1995, p. 15).

Era o tempo do “Milagre”, e Morro da Fumaça, um pequeno município do estado de Santa Catarina, situado entre as cidades de Criciúma e Tubarão, numa região tradicionalmente conhecida pela economia baseada na agricultura e na extração do carvão, começou a despontar como grande produtor de tijolos, passando a exportar para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Morro da Fumaça teve sua economia inicialmente baseada na agricultura. A cerâmica vermelha – olarias que foram surgindo a partir da década de 1920 – ainda não tinha expressão na economia do município, pois sua produção era consumida apenas pelas cidades vizinhas. Foi só no final da década de 1960 que ocorreu um crescimento extraordinário do número de cerâmicas, e as olarias passaram a produzir e a vender para toda a região e até para outros estados. A grande quantidade de olarias que surgiu em Morro da Fumaça (o IBGE registrou 74 cerâmicas em 1980) conferiu ao município o título de “capital do tijolo” do sul catarinense.

Se aqueles foram tempos eufóricos para uns, foram tempos difíceis para outros. Na medida em que o número de olarias aumentava, crescia igualmente a necessidade de mão de obra. Desta forma, a força de trabalho das olarias foi se constituindo, quase que na sua totalidade, por emigrantes vindos dos vários municípios do sul catarinense e até de outros estados. Uma diversidade de trabalhadores compôs a força de trabalho das olarias: trabalhadores rurais despossuídos, pescadores, mineiros, entre outros. Eram homens e mulheres que passaram por diversas experiências na luta pela sobrevivência. As palavras do senhor Gilberto Madeira contribuem para compreender a migração de muitos trabalhadores para as olarias de Morro da Fumaça:

Eu acho que uma coisa é a informação, né? Sabe que região... um lugar igual ao nosso tem muito serviço. E as pessoas vêm, descobre Morro da Fumaça. Tipo nós: viemos lá de Orleans. Morro da Fumaça, vocês vão pra lá, que vocês ganham um salário. Tem o salário de vocês. E um salário bom, todo mundo vai ganhar. E vocês com uma família grande dessa, bá..., daqui a pouco, um pega serviço de queimador, pega uma empreitada de forno, vão ganhar um dinheirão. Mas, na verdade, isso é tudo ilusão. É tudo ilusão. Então, esse pessoal, como já tão com um problema muito sério lá..., não, Morro da Fumaça, eles tão dando casa. Esse negócio de dar casa, isso aí atrai muita gente. (MADEIRA, 10 jan. 1997).

Há uma enorme riqueza na narrativa do senhor Gilberto, pois ele procura explicar os motivos da migração de sua família e de tantas outras famílias que vieram para Morro da Fumaça trabalhar nas olarias: a) a informação e a propaganda que corria de “boca em boca”; b) a perspectiva de trabalho para todos na família; c) a possibilidade de ganhar muito dinheiro, principalmente para aqueles que conseguem trabalhar como queimador ou em empreitadas; d) a casa que recebem para morar; e) as próprias dificuldades encontradas na luta pela sobrevivência anteriormente. Mesmo diante dessas condições que pareciam atrativas, o senhor Gilberto enfatiza que tudo não passou de ilusão.

Como ficou evidenciado, a trajetória dos trabalhadores em olarias era de luta pela sobrevivência. As estratégias utilizadas por esses trabalhadores nos remetem aos conceitos de dominação e resistência. Esses conceitos aparecem como questão central na relação entre classes, como sujeição de uma e dominação de outra, porém esta relação vem recortada por práticas de recusa por parte das classes dominadas. Assim, a resistência passou a ser uma dimensão importante no estudo das classes trabalhadoras ou dos grupos e minorias subjugados por preconceitos, e considerada em seu contexto histórico. Verificou-se que a cada caso de opressão correspondem reações específicas dos dominados, cujo objetivo é libertar-se das condições de humilhação, exploração, miséria, injustiça ou de outra situação opressora.

O dia a dia dos trabalhadores vem sendo estudado do ponto de vista de uma “cultura de resistência”, que toma uma coloração política ao nível do cotidiano. A luta pela sobrevivência e as estratégias utilizadas pelos trabalhadores tomam feições de atitudes políticas e de formas de conscientização, abrindo perspectivas mais amplas e flexíveis para a análise das potencialidades de arregimentação para a luta social (HOBSBAWN, 1981 e 1987; THOMPSON, 1987). São manifestações espontâneas de resistência política à dominação e à pauperização.

A noção de sobrevivência, utilizada neste trabalho, insere-se na apresentada por Antonio Candido. Esse autor considera que:

há, para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-las e garantir a regularidade das relações humanas. [...] Nestes termos, o equilíbrio social depende duma equação entre o mínimo social e o mínimo vital. (CANDIDO, 1967, p. 25).

As duras condições de trabalho e existência nas olarias apontavam sempre para um limite: o limite da simples existência e da possibilidade de produção e reprodução da vida no interior desse limite. Se na noção de sobrevivência estão contidos os conceitos de mínimo vital e social, para os trabalhadores em olarias, o mínimo vital só era obtido com o máximo de trabalho.

As tentativas de organização de um sindicato combativo

A década de 1980 foi bastante significativa para a experiência e luta de muitos trabalhadores. Em 1981 é criada a primeira associação dos trabalhadores, que em 1983 constituiu-se em sindicato com o nome de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Morro da Fumaça. É preciso ressaltar que esse sindicato, como o próprio nome indica, “representa” outras categorias de trabalhadores: trabalhadores nas indústrias de cimento, cal e gesso; de serrarias, carpintarias, aglomerados; de mármore e granitos; de artefatos de cimento armado, entre outros.

Esse sindicato, desde que foi criado, teve duas diretorias. O senhor Valoir presidiu o sindicato em dois mandatos, de 1981 a 1990, quando perdeu as eleições para o senhor José Pacheco, que continua no cargo ainda hoje. As narrativas dos trabalhadores demonstram que essas duas diretorias não representavam os seus interesses. O senhor Carlos Henrique Luz, operário das olarias, explica esse fato da seguinte maneira:

o sindicato que defende os trabalhadores são mais pelos empresários do que pelos trabalhadores. Hoje em dia, se vai um empregado fazer uma conta, eles já não querem fazer a conta sem o patrão estar junto. Então eu acho que o sindicato aí... eles enrolam um pouco. No fundo, acho que são todos comprados pelos patrões. (LUZ, 1997)

O entrevistado refere-se ao sindicato desta forma, justificando que as duas vezes que o procurou para obter informações sobre seu trabalho e de seu filho não foi bem atendido. Ele diz que seu filho saiu da olaria em que trabalhava e foi ao sindicato saber quanto receberia por seu desligamento; chegando lá, o presidente do sindicato exigiu a presença do patrão para fazer a conta. O senhor Carlos Henrique Luz explica porque esta situação acontece: “Se eles dão com um empregado, que quase não entende de lei, eles dão um chutizinho”. (LUZ, 1997).

Outra situação em que o senhor Carlos Henrique se sentiu enganado pelo sindicato foi quando o procurou para obter informações sobre o tempo de aposentadoria e a insalubridade, já que trabalhava como queimador na olaria. No sindicato, a resposta que obteve foi que o tempo para a aposentadoria era de vinte e cinco anos e a insalubridade não existia. Assim, o senhor Carlos Henrique procurou a informação em outro sindicato e soube que a insalubridade para quem trabalha na função de queimador é de 40%. Por isso, em sua opinião, o sindicato já havia sido comprado pelo patrão. O senhor José Manoel dos Santos, outro entrevistado que trabalhava nas olarias, pensa como o senhor Carlos Henrique quando diz que “o patrão é amigo do sindicato, que o sindicato ali é dos oleiros, não é do empregado” (SANTOS, 1997).

Em algumas narrativas dos trabalhadores, o sindicato aparece como uma instituição que lhes tem servido. O senhor João Zeferino Borba referiu-se ao sindicato da seguinte maneira: “Eu, assim... pra te falar a verdade, esse cara do sindicato, pra mim, é um cara bom. Sempre me serviu, sempre me ajudou quando precisei” (BORBA, 1996). A expressão utilizada pelo senhor João Zeferino Borba: “sempre me serviu, sempre me ajudou”, nos remete ao caráter assistencialista prestado pelo sindicato. Os trabalhadores têm procurado a entidade para usufruir dos serviços médicos e odontológicos. O senhor João Zeferino Borba, por exemplo, afirmou que; “quando ocê precisa de uma consulta, sempre dá um jeito: dava ordem pra tirar dente e, se precisar de uma corrida em qualquer lugar, ele leva” (BORBA, 1996). Não percebemos nenhuma referência nas narrativas sobre alguma atividade desenvolvida pelo sindicato, no sentido de melhorar as condições de trabalho e de salários dos trabalhadores.

A organização do Sindicato dos Trabalhadores em Olarias de Morro da Fumaça se enquadra em um movimento histórico de mudanças pelo qual o sindicalismo brasileiro estava passando. Essas mudanças vieram a fortalecer e ampliar o movimento sindical. Ao longo dos anos de 1980, o sindicalismo expandiu-se, diversificou-se e se manteve ativo. No entanto, para compreender essas mudanças que vinham ocorrendo no sindicalismo brasileiro, temos que entender como estavam organizados os sindicatos nas décadas de 1960 e 1970, principalmente durante o período mais duro da ditadura militar.

Para Armando Boito Júnior (1991, p. 46), o sindicalismo brasileiro, durante o longo período de estabilidade da ditadura militar (1968-1978), funcionou como um sindicalismo de governo, isto é, sob o controle direto dos sucessivos governos militares. A ampla maioria das diretorias dos sindicatos era pelega, ou seja, governista. A vida interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada. Havia um estatuto padrão detalhado e impositivo, regulando até os mínimos detalhes da vida de cada sindicato, as eleições eram controladas pelo Ministério do Trabalho e as receitas dos sindicatos eram controladas pelo governo.

Podemos dizer que praticamente não existiam ações reivindicatórias dos sindicatos oficiais. Os salários e as condições de trabalho eram estabelecidos através dos decretos governamentais. A principal e praticamente única atividade de milhares de sindicatos oficiais do período 1968-1978 restringiram-se ao assistencialismo: serviços médicos, odontológicos, laboratoriais, jurídicos etc.

A década de 1980 foi marcada por mudanças significativas no modo de funcionamento dos sindicatos oficiais. Houve um certo afrouxamento do controle do governo sobre a vida interna dos sindicatos. Além disso, diversas correntes sindicais mais progressistas emergiram no interior da estrutura dos sindicatos oficiais, passando a organizar a luta dos trabalhadores. Neste processo de mudanças, Armando Boito Júnior aponta para alguns marcos importantes: em primeiro lugar, o ressurgimento das grandes greves de 1978-1980; em segundo, a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e, em terceiro, a política liberalizante iniciada por Almir Pazzianoto, em 1985, ministro do trabalho do governo José Sarney. Pazzianoto aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) sobre eleições sindicais, e abandonou a prática de punir exemplarmente as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica. Por último ainda, a promulgação da Constituição de 1988 coroou este processo de liberalização ao obstaculizar, a despeito das contradições existentes entre os diversos dispositivos constitucionais que tratavam da questão sindical, a ingerência direta e pormenorizada do governo na gestão dos sindicatos oficiais (BOITO JUNIOR, 1991, p. 47).

O Sindicato dos Trabalhadores em Olarias de Morro da Fumaça se constituiu num contexto das grandes mudanças que estavam ocorrendo no sindicalismo brasileiro. As narrativas dos trabalhadores em olarias demonstraram que as diretorias que dirigiam o sindicato desses trabalhadores eram “pelegas”. Mas, frente a essas diretorias, um grupo de trabalhadores articulou-se e participaram de dois processos eleitorais na tentativa de mudar a direção do sindicato.

O senhor José Madeira narra o processo de constituição da chapa de oposição ao sindicato, quando diz que o primeiro presidente:

Dava mais assistência ao patrão que ao empregado. Então, um dia o pai, antes dele morrer, ele assim... Isso foi em 86, 87, foi em 87, começo de 87. Disse: 'Zé, vamos formar uma chapa do sindicato?' 'Pai, vamos mais...' Porque o pai já tinha sido presidente do Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller, né. 'Vamos, mais eu não tenho experiência nenhuma'. Ele: 'Não, Zé, a gente forma a chapa, tu entra como cabeça e eu vou te assessorando, até tu pegar o ritmo da coisa'. (MADEIRA, 20 fev. 1997).

A partir dessa conversa, conseguiram articular uma chapa de oposição com muita dificuldade, pois as eleições já estavam para acontecer. Formada a chapa, procuraram o sindicato para saber como se daria o processo das eleições. E a surpresa foi grande, como narra o senhor José Madeira, o candidato a presidente na chapa de oposição:

Ah, não existia associados. Então, como é que nós íamos fazer? Conversar com as pessoas que estavam fichadas. Bem poucas pessoas eram fichadas naquela época. Então, daí, como é que nós vamos fazer? Se não tiver pessoas qualificadas pra votarem? Como é que nós vamos fazer essa eleição se não têm pessoas registradas? Então, daí, foi aberto pra quem quisesse votar, no caso, quem trabalhasse na olaria. (MADEIRA 12 fev. 1997).

As palavras do senhor José Madeira nos levam a crer que o sindicato dos trabalhadores era muito desorganizado. É neste contexto que transcorrem as eleições com duas chapas: a primeira, encabeçada pelo senhor Valoir, que já era presidente, e a segunda, encabeçada por José Madeira. Participaram também na chapa de oposição "o Aldo, Luiz, João Coco, Geraldo Farias, o Má, nós éramos em doze" (MADEIRA, 10 jan. 1997).

A eleição ocorreu no mês de março de 1987. Duas urnas foram colocadas para a votação, sendo que uma, na sede do sindicato, e a outra, era itinerante, passava pelas olarias, para os trabalhadores votarem. Terminada a votação, foram apurados os votos com derrota da chapa de oposição por oitenta votos de diferença. Para o senhor Gilberto, essas eleições teriam sido fraudadas na calada da noite, pois as urnas foram deixadas na sede do sindicato para serem escrutinadas no dia seguinte. Ele acredita que a chapa da situação trocou as cédulas das urnas, modificando o resultado das eleições.

As narrativas nos fazem crer que esta luta para conquistar o sindicato se constituiu na primeira experiência de resistência articulada, experimentada por esse grupo de trabalhadores. Mesmo que as eleições tenham sido fraudadas, ou que a chapa da situação tenha recebido apoio de alguns patrões que teriam pressionado os seus empregados a votar na chapa do senhor Valoir, como supõem algumas narrativas, entendemos que esta tenha sido a primeira tentativa de organização no campo institucional experimentada por esses trabalhadores.

Em 1990 constituiu-se novamente uma outra chapa de oposição ao sindicato; mais uma vez, encabeçada pelo senhor José Madeira. Na construção da classe e dos trabalhadores para a formação da chapa de oposição ao sindicato, as discussões haviam amadurecido bastante.

A essa altura nós já tínhamos conversado um pouco mais com a CUT, né. O pessoal da CUT, o Laércio dos Sindicatos Bancário de Criciúma. O Chico Baltazar que era advogado. Os bancários, os metalúrgicos, o vestuário através do Hulk [Sindicatos]. O Hulk teve em Morro da Fumaça, ajudou, deu um cursinho pra nós. (MADEIRA, 10 jan. 1997).

Esses indícios nos levam a crer que esses trabalhadores amadureceram bastante ao trocar experiência com trabalhadores de outros sindicatos e com a CUT.

A eleição do sindicato transcorreu em um clima de muita disputa, brigas e acordos. Três chapas concorrem à eleição para o sindicato: a Chapa 1, encabeçada pelo senhor Valoir, que era o presidente e estava concorrendo a mais uma eleição; a Chapa 2, encabeçada pelo senhor José F. Madeira, e a Chapa 3, encabeçada pelo senhor José Pacheco, encarregado da cerâmica Matiola.

Contudo, antes de ocorrerem as eleições, o senhor José Pacheco procurou os membros da Chapa 2 e propôs a união das duas chapas. O senhor Gilberto narrou assim o episódio:

Mas só que ele queria a presidência e a tesouraria pra ele. Ele que escolhia o pessoal dele, e o secretariado. Ele só queria mesmo, que nós fôssemos os suplentes, que não tinha muito valor, até pra decidir alguma coisa no sindicato. Mas a gente não concordou, não concordou, porque não ia ficar nada na nossa mão. Se bem que se nós tivéssemos pelo menos, se nós tivéssemos alguém no sindicato, quem sabe, hoje nós já teríamos tomado o sindicato, né. Já teria sido do trabalhador mesmo. (MADEIRA, 10 jan. 1997)

Na fala acima, passado e presente se confundem. O senhor Gilberto avalia que se tivessem feito um acordo com a Chapa 3, o sindicato já poderia estar nas mãos dos trabalhadores. Mas, naquele contexto, acreditavam na grande possibilidade de serem vitoriosos.

As eleições foram realizadas com a disputa de três chapas. No dia da eleição, a Chapa 2 contou com o apoio de membros dos Sindicatos dos Bancários, Metalúrgicos e Vestuário de Criciúma e da CUT. Os sindicatos trouxeram um micro-ônibus para ajudar no transporte dos trabalhadores até a sede do sindicato para votar, pois a urna itinerante passaria em poucas olarias.

Os membros da Chapa 2, junto com os sindicalistas do Vestuário, Bancários, Metalúrgicos e CUT, encostavam o micro-ônibus nas olarias e tentavam convencer os proprietários a liberar seus funcionários para irem votar; e então, a discussão começou, como revela o senhor Gilberto:

Foi uma briga muito grande, porque, a maioria das olarias, o patrão metia o pé: 'Daqui não sai funcionário nenhum'. Aí, eles [os sindicalistas de Criciúma] compravam a briga também. E o patrão dizia: 'Vocês não votam nesta chapa, votem na outra'. Gritavam na hora que os funcionários embarcavam dentro do bondezinho. (MADEIRA, 10 jan. 1997).

Ao que parece, mesmo contrariados, os patrões acabavam cedendo à pressão dos sindicalistas e liberavam os funcionários para a votação. O senhor José Madeira, candidato a presidente da Chapa 2, explica porque a pressão dos patrões, que chegavam a ir para a frente do sindicato: "Sabia que nós íamos combater, né, íamos combater as injustiças" (MADEIRA, 12 fev. 1997).

As dificuldades da Chapa 2 aparecem no período da tarde, por conta que o microônibus trazido pelos sindicatos de Criciúma e CUT ficou só até as doze horas. Assim, a Chapa 2 ficou sem ter como transportar os trabalhadores para votarem, enquanto "o Zé Pacheco conseguiu carro, caminhão. Ele, o Valoir conseguiram carro, caminhão e buscavam nas olarias direto, buscando gente nas olarias". (MADEIRA, 10 jan. 1997). Ainda sobre a dificuldade no transporte dos trabalhadores, o senhor José Madeira observa: "Praticamente, se nós tivéssemos com o micro-ônibus o dia todo, nós tínhamos ganhado a eleição do sindicato. Só que a gente faltou a... a nossa condução de puxar o pessoal. Tinha patrão que dava até caminhão pra trazer o pessoal pra votar. Pra votar na outra chapa" (MADEIRA, 12 fev. 1997).

Terminada a eleição e feita a apuração, a Chapa 3 foi vencedora ganhando por vinte votos de diferença da Chapa 2. Ao final da apuração e dado os resultados, uma manobra da Central Geral dos Trabalhadores – CGT, cria um segundo turno para as eleições. Isso por causa que naquele momento tramitava um projeto no Congresso Nacional sobre eleições de segundo turno. Desta forma, em decorrência de um acordo realizado entre as três chapas, CGT e CUT, realizaram um segundo turno nas eleições do sindicato. Mesmo contrariada, a Chapa 2 acabou aceitando a participação da Chapa 1 nas eleições.

Novamente as três chapas participaram das eleições, e como observa o senhor Gilberto:

Aí, a dificuldade foi maior. Deu tempo de eles se organizarem. E nós perdemos até o bondinho, no segundo turno. Não tivemos mais condições e a diferença aumentou. Nós fizemos oitenta votos na frente do Valoir, né? E o Zé Pacheco, ele fez 98 votos acima da nossa chapa. Então, o Zé Pacheco, ele ficou presidente do sindicato (MADEIRA, 10 jan. 1997).

Essas duas tentativas para conseguir um sindicato combativo vêm demonstrar que a experiência desses trabalhadores é de luta e resistência contra a dominação, mesmo nas derrotas, como observa Déa Ribeiro Fenelon, “nada garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas, ainda que perdedoras, não devem merecer a nossa atenção de historiadores” (1985, p. 25).

Outros espaços de resistência, outras formas de luta

Paralelo à luta para conquistar o sindicato, ao longo dos anos 1980 foi organizado também o grupo de jovens do bairro Naspoline. Esse grupo de jovens era constituído em sua maioria por trabalhadores de olarias. O grupo de jovens criou um espaço de sociabilidade entre esses trabalhadores, refletindo em estratégias de luta e resistência contra a dominação. Boa parte dos membros da chapa de oposição ao sindicato que disputaram as eleições em 1990 saiu dos quadros do grupo de jovens.

O senhor José Madeira conta que, mesmo derrotado nas eleições do sindicato em 1987, a luta continuou, mas agora, em outros espaços: “Só que a gente não parou por ali, não. A gente começou a batalhar com o grupo de jovens. A gente teve um bom trabalho com a Pastoral da Saúde. E a gente tentou fazer um trabalho de saneamento básico, né?” (MADEIRA, 12 fev. 1997).

Percebemos que muitos trabalhadores de olarias articularam sua luta e resistência em outros espaços. Este processo de reorganização da luta em outros espaços é experimentado

pelos trabalhadores brasileiros a partir da década de 1970. São manifestações gestadas em âmbito não institucionalizado, surgidas paralelamente às transformações no nível institucional, ou seja, nos sindicatos e partidos políticos.

Essas manifestações de dissidência, iniciadas em meados dos anos 70, tiveram de lidar com a realidade de, no passado imediato, a sociedade brasileira haver presenciado a completa destruição de toda forma de expressão popular organizada, com cujo apoio eles pudessem contar. (MACHADO, 1995, p. 129)

Há dois aspectos importantes para se ressaltar, que contribuíram para o processo de reorganização da população brasileira. Primeiramente, a política de concentração de renda adotada pelo regime militar em 1964, excluindo a maioria do povo brasileiro dos benefícios e do crescimento econômico, sem precedentes, que o país presenciou no período. O segundo aspecto foi a estratégia repressiva adotada pelo novo regime para impor seu programa econômico ao povo e eliminar qualquer oposição. “Isso levou as pessoas a procurarem novos canais de expressão para o seu descontentamento” (MACHADO, 1995, p. 140), em outras palavras, os trabalhadores buscaram novos pontos de apoio para contestar a ordem vigente.

Refletindo sobre o período, Eder Sader (1988, p. 144) aponta para três instituições que experimentaram a crise e, a partir dela, reelaboraram suas experiências. Da Igreja Católica, que vinha perdendo a influência junto ao povo, surgem as comunidades eclesiais de base. Dos grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, configuraram-se novas formas de integração com os trabalhadores. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um novo sindicalismo.

É importante ressaltar que no Brasil, a partir da década de 1970, ocorre um crescimento do interesse acadêmico pela investigação do cotidiano operário. No dizer de Dutra e Grossi (1986, p. 135), “isso aconteceu por duas razões. De um lado, a influência de estudos europeus iniciados nos anos 60; por outro, a

situação do país no pós-64”. O cotidiano passou a ser visto como um lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela. Novos significados são atribuídos pelos intelectuais e atores às práticas sociais, que antes estavam obscurecidas pela lógica institucional. “Esses novos significados resultam de um movimento social, que é também um movimento cultural – onde se cruzam intelectuais e militantes políticos, jornalistas e pesquisadores, sindicalistas e simples trabalhadores em seus espaços cotidianos.” (SADER; PAOLI, 1986, p. 53).

Assim, a década de 1970 é marcada por inúmeros estudos que repensaram o movimento operário. Mas é sobretudo com Francisco Weffort – *Participação Social e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968* (1971) e *Sindicato e Política* (1975) – que ocorre, pela primeira vez, uma crítica à corrente sociológica que havia construído a imagem de atraso da classe operária. Weffort observa que o movimento operário deve ser visto como sujeito de sua própria história e não dependente da história e da sociedade.

No campo da antropologia, encontram-se os trabalhos de José Sérgio L. Lopes e Eunice Durham. Lopes, em *O Vapor do Diabo* (1976), estudou o processo de trabalho dos operários do açúcar, examinando o modo pelo qual as categorias e práticas impostas são por eles reinterpretadas. Encarando a diferenciação que o processo de trabalho produz no grupo operário, ele identifica a resistência operária através dos modos particulares como cada setor vive e percebe suas condições. Já Durham, em seu estudo *A Caminho da Cidade* (1984), procurou analisar as estratégias de vida elaboradas por famílias operárias. A autora mostra como a migração, enquanto um processo de integração dos trabalhadores rurais ao sistema urbano industrial, se deu pela mobilização de recursos provenientes dos grupos de relações primárias do migrante, particularmente, o grupo doméstico e a família, esta última, sendo a instituição que se propõe a interpretar e traduzir o mundo urbano para o migrante recém-chegado. Esses estudos abriram duas perspectivas muito ricas para análise dos operários, impulsionando

toda uma corrente de pesquisadores que “se voltou para o ‘modo de vida’ operário enquanto expressão de escolhas culturais, cuja interpretação se chocava com as leituras economicistas sobre a reprodução social” (SADER; PAOLI, 1986, p. 54).

Uma outra fonte veio dos historiadores que refletiram sobre a memória do vencedor. Neste campo, situamos o trabalho de C. Vesentini e E. De Decca, *A Revolução do Vencedor* (1976) preocupados em “recontar o passado como movimento vivo de enfrentamento de classes e grupos sociais”. Conscientes de que a história tem sido um registro do vencedor e que se há um vencedor deve haver vencidos, buscam dar visibilidade e recontar essa história.

A eclosão grevista de 1978 vem consagrar as novas interpretações, contrapondo-se a teoria de fraqueza e atraso, constituída sobre a classe operária, na imagem sociológica e política da década de 1960.

Assim, este acontecimento foi visto, nomeado e interpretado por uma grande quantidade de pesquisadores, jornalistas e militantes. Foi apontado como um sinal dos tempos, como uma indicação de uma profunda subversão na própria definição do campo da política operária, ou ainda como evidência de que tinha havido um processo de desmascaramento da ideologia dominante nos últimos anos (SADER; PAOLI, 1986, p. 56).

Uma multiplicidade de movimentos de luta e resistência emergiu depois de 1978. Os anos de 1980 foram marcados por uma diversidade de movimentos de base popular lutando contra a opressão. Os trabalhadores não são mais vistos como meros objetos da exploração do capital, nem tão pouco produto de instituições políticas. Na medida em que experimentavam situações, o operariado foi elaborando suas experiências. No interior da empresa, pequenas lutas eram travadas: greves brancas, sabotagens e confronto com as disciplinas fabris conformavam resistências pessoais ou em grupos, renunciando as mobilizações futuras. Fora do espaço fabril emergiram os movimentos reivindicativos com um alto teor expressivo e mobilizador: movimento de mulheres, de negros, de luta contra o desemprego, de moradia, de saúde, as comunidades de base,

diversas organizações de bairro. Esta diversidade de movimentos estava acontecendo e apontava para a constituição dos sujeitos, mesmo que expressos de forma fragmentada.

Os ecos das mudanças ocorridas no movimento operário brasileiro, a partir da década de 1970, chegam também em Morro da Fumaça e refletem-se nas lutas e resistências dos trabalhadores em olarias contra a dominação. Desta forma, para perceber as formas de luta e resistência desenvolvidas por esses trabalhadores, temos que estudar a singularidade de suas práticas sociais.

O grupo de jovens do bairro Naspoline constituiu-se em um espaço onde se conformaram lutas, resistência e estratégias de sobrevivência. O senhor Gilberto narra como se constituiu o grupo de jovens:

O pai ajudou a iniciar o grupo de jovens, lá no bairro. A gente foi uma vez só, quando começamos o grupo. Só nós, lá dentro, convidávamos o pessoal, ninguém aparecia. Então, só os irmãos lá dentro da sala. Era na escolinha do bairro Naspoline. Aí, foi passando o tempo... nós chegamos num tempo que tinha setenta jovens no grupo de jovens... (MADEIRA, 10 jan. 1997).

A narrativa nos leva a crer que a família do senhor Gilberto iniciou a organização do grupo de jovens e contaram com a experiência do pai para constituírem o grupo.

O grupo de jovens criou um espaço de sociabilidade entre esses homens e mulheres. Os jovens trabalhadores das olarias passam a ter contato com outras categorias de trabalhadores. Através da igreja católica recebem o apoio de padres e, principalmente, dos seminaristas que faziam um trabalho com esses jovens, contribuindo para um amadurecimento político. Para se entender esta ligação dos seminaristas com os grupos de jovens, reproduziremos a apresentação escrita por Mauri Luiz Heerdt, ao livro de poesia (manuscrito) do senhor Gilberto:

Não sei se nestas breves palavras conseguirei descrever aqui o imenso amor que o amigo e companheiro de lutas, Beto Madeira, sente pelos pobres, oprimidos, injustiçados e principalmente pelas crianças.

Este amor não é um amor contemplativo, mas um amor de compromisso e libertação. O Beto é uma pessoa comprometida com a vida da comunidade onde vive: grupo de jovens, teatro, sindicato, cooperativa... E por tudo isso ele é querido por todos na comunidade.

Mora num lugar onde a lei é o tijolo. Os empregados das olarias trabalham em péssimas condições, salários injustos, muitos sem carteira de trabalho assinada, sem contar o grande número de mulheres e crianças que passam o dia carregando tijolos.

Este livro, além de ser uma obra literária, é um instrumento de denúncia das situações de injustiça em que vivem as crianças, os drogados, os mineiros, os trabalhadores, os crimes contra a natureza, etc... É também uma forma de injetar esperança nessa nossa gente de luta que anda tão desanimada. O livro contém ainda outros temas interessantes e de ótimo conteúdo.

Recomendo-o a todos aqueles que se sentem impulsionados a fazer alguma coisa por um mundo melhor, mais justo e igual. (Livro manuscrito: *Minha cidade sem identidade*).

O livro de poesia de Gilberto Madeira escrito em suas poucas horas de lazer, à noite ou nos finais de semana, denunciava, em muitas das poesias, as duras condições de existência daqueles trabalhadores dentro e fora das olarias.

Percebemos nas palavras do seminarista, representando a igreja católica, uma forte ligação com o grupo de jovens. É preciso ressaltar mais dois aspectos desta apresentação: primeiramente, quando diz “a lei é o tijolo” está denunciando o poder representado pelos proprietários de olarias na cidade. Em segundo, denuncia também as duras condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores nas olarias.

Expressão semelhante a “a lei é tijolo” contida na apresentação do seminarista, encontramos também no livro de Claudino Biff (1993, p. 7), *Morro da Fumaça e Sua Divina e Humana Comédia*, que diz: “Hoje mandam a argila e o tijolo”. Desta forma, ao fazer uma leitura mais atenta das primeiras páginas da obra de Biff, podemos perceber o poder representado pelos proprietários de olarias.

Muitas das situações descritas pelo seminarista e expressas na poesia do senhor Gilberto eram discutidas no grupo de jovens. A partir das discussões, definiam estratégias de ação. Tomaremos aqui três expressões concretas das práticas desenvolvidas pelo grupo de jovens do bairro Naspoline. Em primeiro lugar, situamos o teatro que se configurou em uma das principais formas de expressão do grupo de jovens. Através do teatro acontecem a manifestação da sociabilidade e o lazer. Os temas retratados nas peças de teatro eram: o humor, a família e as drogas. O senhor Gilberto lembra assim, a sua participação e de seus colegas na organização do teatro:

Nós tínhamos bons artistas. Pra ser cara igual ao Adélcio... o cara representava bem. Até hoje, ele é um artista muito bom. O Márcio, a gente chamava pra ele de zolhudo do bairro, bom artista também. Tem o Zé, meu irmão, a Ivonete, a Zete também. Então era tudo um pessoalzinho de olaria que faziam as peças de teatro, que apresentavam as peças, né? Eu bolava... eu era essa cara, mais que bolava as peças. Eu escrevia a peça. Então, eu escrevia, fazia um cabeçalho e trazia pra nós discutir. Eu achei que foi um passo importante nosso. (MADEIRA, 10 jan. 1997).

O senhor Gilberto relatou-nos que as peças de teatro do grupo de jovens eram tão boas que, por isso, eram sempre convidados a se apresentar em encontros de comunidades realizados em outros municípios. Além disso, realizaram várias apresentações para ajudar as famílias do bairro: “Nós fazíamos muito teatrinho pra arrecadar dinheiro pra criança que ia fazer operação, essas coisas” (MADEIRA, 10 jan. 1997). Os ingressos eram vendidos antecipadamente no bairro.

O senhor Gilberto lembra que em uma dessas apresentações arrecadaram tanto dinheiro que não sabiam o que fazer, então anunciaram no bairro que se alguém estivesse passando por alguma dificuldade, poderia procurar o grupo de jovens que eles tinham recursos para ajudar. “Rapaz, foi um chuí. Não deu nem tempo... até mesmo, porque o pessoal de olaria, eles precisavam mesmo. Não deu quinze dias e os duzentos cruzeiros já tinham ido”. (MADEIRA, 10 jan. 1997). Assim, a experiência do grupo de jovens, através do teatro é uma história de relações humanas densas e envolventes, que contribuíram para humanizar as famílias que viviam naquele bairro, rodeadas pelas olarias e pela ganância. Em certo sentido, o teatro constituiu-se em uma estratégia de ajuda mútua, quando as dificuldades econômicas ultrapassavam as barreiras e possibilidades de muitas famílias.

As atividades desenvolvidas pelo grupo de jovens do bairro Naspoline se configuraram também no campo de enfrentamento direto com proprietários de olarias, poder público e sindicato. Através do teatro, criticaram as duras condições de trabalho e existência dos trabalhadores em olarias. Teceram duras críticas ao sindicato que consideravam pelego.

Além disso, o grupo de jovens produziu três fitas de vídeo, onde atacavam o poder público. “Nós estávamos fazendo umas denúncias em cima do prefeito. Na época, era o Paulino Biff” [PMDB-1988-1992] (MADEIRA, 10 jan. 1997). Na fita de vídeo denunciavam a falta de saneamento básico do bairro, a poluição do rio, atacavam o sindicato pela falta de atuação: “Nesta época também nós fizemos uma crítica, em cima do Valoir. Sobre o Sindicato do Valoir”. (MADEIRA, 10 jan. 1997). Por esse motivo, membros do grupo de jovens receberam ameaças: “Tem uma menina que o presidente do Sindicato, o Valoir, atacou ela na estrada, pra ameaçar ela. Ele tinha tomado umas quatro cachaça, tinha ficado bobo”. (MADEIRA, 10 jan. 1997).

Denunciam também, no vídeo, as péssimas condições de moradia dos trabalhadores de olarias; e a inexistência de saneamento básico, provocando a ira de alguns proprietários. “Até uma vez, o padre Silvestre, que ele socorreu a gente, porque tinha dono de olaria que estava ameaçando de matar nós” (MADEIRA, 10 jan. 1997).

O senhor Gilberto contou que “o padre Silvestre, até defendeu nós, numa missa que teve no bairro e conversou com um desses patrões que ameaçou” (MADEIRA, 10 jan. 1997). O padre Silvestre, ao mesmo tempo em que apoiava as atividades do grupo de jovens, servia também como um escudo nas horas mais difíceis.

Assim, o grupo de jovens funcionou como um espaço de lazer e ao mesmo tempo em local onde eram pensadas e articuladas coletivamente estratégias de luta para enfrentarem as duras condições de trabalho e de existência vivenciadas no espaço fabril e fora dele.

As duras condições de trabalho e existência foram também denunciadas, como exposto anteriormente, nas poesias do senhor Gilberto Madeira, membro do grupo de jovens que em suas poucas horas de lazer, à noite ou nos finais de semana, quando estava inspirado, escrevia poesias. Muitas dessas poesias retratam vários aspectos da vida daqueles trabalhadores.

Terra de grande riqueza
Povo de grande pobreza.
Terra de lindos riachos
Podres águas poluídas.
Terra de poucas crianças calçadas e vestidas
Terra de muitas crianças pobres esquecidas.
Terra de esperança, abundância e muito trabalho.
Eu me arrebento e me exploram
Mas como viver com esse salário?
Terra de poucos privilegiados de mesa farta.
Terra de muitos trabalhadores massacrados com mesa parca.
Terra de políticos que enganaram, que tantos votos compraram.
Povo iludido, pobres indivíduos na sarjeta jogados.
Terra de alegria e sorriso.
Terra de choro e tristeza.
Terra vivida sem vida.
Terra nunca unida outrora
Terra ativa amiga.
Povo que grita vida “aqui e agora”. (“Terra”, livro manuscrito: *Minha cidade sem identidade*).

A poesia, “Terra”, de Gilberto, vem fazer uma série de denúncias: primeiro, a poluição dos rios Urussanga, Cocal e Linha Torrens, sendo que os dois primeiros foram poluídos pelos insumos das minas de carvão de Urussanga. O último rio nasce nas zonas agrícolas de Morro da Fumaça, corta todo o centro da cidade e passa pelo bairro Napoline, onde está concentrado um grande número de olarias. Esse rio, por muito tempo, foi fonte de lazer e de alimentação para muitos trabalhadores que ali pescavam. A cidade cresce e despeja todo o esgoto no rio, cada dia mais poluído. Sobre a poluição dos rios, Claudino Biff (1993, p. 7) coloca-se com muita indignação: “Os insumos mortais e mortíferos das minas de carvão de Urussanga mataram os peixes, os pássaros, os animais selvagens, os ipês e as orquídeas. Eu vi a morte dos meus rios. Milhões de peixes morreram. [...] Os pobres não matam os rios. Eles sabem que os rios são filhos de Deus”.

A poesia de seu Gilberto explicita também as duras condições de trabalho que experimentou nas olarias. Ao dizer: “eu me arrebento e me exploram”, está ao mesmo tempo denunciando com veemência as suas duras condições de trabalho e de outros trabalhadores, frente às olarias. Todavia, a exploração dos trabalhadores em olarias fica melhor explicitada na poesia de Gilberto, quando ele diz: “Terra de poucos privilegiados de mesa farta. Terra de muitos trabalhadores massacrados com mesa parca”. Assim o poeta demonstra a perversidade das relações capitalistas existentes nas olarias. O senhor Gilberto denuncia também em sua poesia as desigualdades sociais, os políticos da cidade e a forma que os mesmos utilizaram para chegar ao poder, os baixos salários dos trabalhadores e a exploração do trabalho infantil. Essas poesias eram panfleteadas após o término das missas.

Em outra poesia, “CIDADE SEM IDENTIDADE”, o senhor Gilberto Madeira continua sua denúncia:
Que cidade é essa?
Que cidade é essa, que anda para trás,
que me tira a paz, que me deixa doente!

Que cidade é essa?
Sem árvore, sem cor, sem classe!
Que cidade é essa?
Sem saúde, sorriso sem graça!
Que cidade é essa?
Que o povo vegeta, trabalha, se caleja por nada!
Que cidade é essa?
Que muitos imploram e muitos exploram, poluem e matam.
Que cidade é essa?
Sem projeto, sem decreto, sem lei, sem rumo...
Pobres, miséria, fome.
Que cidade é essa?
Escavada, poluída, dopada,
Que cidade é essa?
Senhores políticos do passado, do presente, do futuro.
Por favor me respondam agora
Antes que eu chore, que chegue o bonde e eu vá embora.
Que cidade é essa??? (“Cidade sem identidade”, livro manuscrito:
Minha cidade sem identidade).

A poesia aponta para outras nuances da condição de existência dos trabalhadores em olarias. Na visão do poeta, as diferenças sociais, as péssimas condições de saúde e a poluição têm agravado a organização da sobrevivência dos trabalhadores nas olarias. Ao que parece, o poeta, ao falar das péssimas condições de saúde e da poluição, está se referindo à falta de saneamento básico, ao trabalho insalubre, à exploração do trabalho infantil e à poluição provocada pela fumaça das chaminés. A poesia ainda questiona o poder público, talvez por perceber que este nunca tenha se preocupado com as condições de existência daqueles homens e mulheres.

Entendemos que a constituição do grupo de jovens contribuiu para o aparecimento de um “sujeito coletivo” [...] uma coletividade de onde se elabora uma identidade e se organizam as práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 55).

Esses trabalhadores, na medida em que eram alvo da dominação e exploração específica, passaram a identificar objetivos comuns. Reconheceram-se como sujeitos, reelaborando coletivamente as formas de dominação e as experiências comuns, organizando diversas e diferentes formas de luta e resistência.

Outra forma de luta contra a dominação que encontramos entre os trabalhadores de olarias foi a resistência ao vale. O vale era utilizado como forma de pagamento aos trabalhadores, que eram obrigados a comprar em mercados, supermercados, açougues e farmácias da cidade, pertencentes a parentes e proprietários de olarias. Mas o que vem a ser o vale? Como funcionava? Por que os empresários se utilizavam dessa prática?

Para responder a essas questões, temos que nos remeter ao início da colonização. Morro da Fumaça foi colonizada no início do século XX por imigrantes italianos que aqui se estabeleceram. Boa parte da população da cidade era constituída por descendentes de imigrantes italianos. Assim, percebemos uma relação de parentesco muito grande entre essas famílias. Percebemos também que a grande maioria das olarias do município pertencia a descendentes de famílias italianas. Das 42 cerâmicas filiadas ao sindicato em 1992, 39 pertenciam a famílias descendentes de italianos.

Além disso, muitos dos proprietários de olarias tinham seus negócios diversificados ao comércio e outros ramos industriais, lojas, moinhos de arroz, mercados e supermercados, postos de gasolina, prédios, rádios etc. Por isso, a existência do vale facilitava aos proprietários das olarias o pagamento de seus operários, que eram obrigados a comprar também em seu comércio, ou então, eram obrigados a comprar onde o patrão indicasse.

Essa prática do vale aumentava a exploração desses trabalhadores, que dificilmente recebiam seus salários em dinheiro, perdendo a liberdade de escolher onde fazer suas compras. O senhor José Madeira explicita muito bem a dependência do vale:

O vale é assim: vamos supor, eles vão lá fazer um acerto com mercado, né? Aí, ao invés de eles te dar dinheiro, eles vão lá, pegam um papel do mercado e, vamos supor, tu vai precisar de 100, 150, 100 reais ali, descontão no... descontado na ficha, no caso, né? Como não tem folha de pagamento, é descontado na ficha. Aí, chega no final do mês, tu vai precisar do dinheiro pra comprar roupa, não tem mais, porque praticamente tu... tu já comeu tudo. Tu vai precisar de um remédio tu não tem. Quando eles dão cheque, dá... dá um cheque pré-datado. Então, não é fácil. Sempre vale, só vale. No mercado que eles quisessem né, não é o mercado que tu queria. Vamos supor, se tu gostava de comprar no Salvan, e tivesse vale do Pellegrin; não podia comprar no Salvan tinha que comprar no Pellegrin, ou se tu quisesse comprar no Maccari e tivesse vale do Salvan, não podia comprar no Maccari, porque o vale era só pro Salvan. (MADEIRA, 20 fev. 1987).

A narrativa do senhor José Madeira evidencia a profunda dependência a que estavam submetidos esses trabalhadores. Ao mostrar as formas e locais onde eram obrigados a fazer suas compras, denuncia também os laços que ligam os grupos dominantes de Morro da Fumaça. Esses grupos utilizavam-se dessas práticas para aumentar seus lucros, levando esses trabalhadores à condição de “servidão”.

Frente a essas condições os trabalhadores criaram estratégias para enfrentar a dominação do vale. Uma das estratégias utilizadas pelos trabalhadores que não conseguiam receber seus salários em dinheiro era comprar em pequenos estabelecimentos da cidade ou em estabelecimentos de municípios vizinhos (Sangão, Cocal do Sul, Içara) que aceitavam o vale como forma de pagamento.

No entanto, muitos trabalhadores resistiam ao pagamento do salário em vale. O senhor Antônio conta que, em uma das olarias em que trabalhou, discutiu com seu patrão por causa do pagamento em vale. Ele lembra que na primeira semana de trabalho pediu a sua esposa que fosse ao escritório pegar dinheiro para fazer compras, mas sua esposa acabou voltando com uma ordem escrita para comprar no mercado.

O senhor Antônio revoltado disse que pegou a ordem e foi ao escritório. Chegando lá, o patrão perguntou-lhe: “O que o senhor quer, seu Antônio?”. Ele prontamente respondeu: “Eu trabalho aqui pra ganhar dinheiro... Não foi o que nós tratamos? ‘É, foi! E a ordem não é dinheiro?’ Falei: ‘não senhor, pra mim é um papel branco’. Falei: ‘eu tenho casa que eu posso comprar’”. Mas o senhor Antônio vai mais longe ao falar do vale: “O senhor come e bebe com a família, só do suor das ordens dos empregados. Além do lucro que os empregados dão” (DIAS, 1997).

A narrativa do senhor José Manoel dos Santos reforça a fala do senhor Antônio e ao mesmo tempo denuncia as vantagens dos proprietários de olarias, que usam o vale como forma de pagamento: “*O dono do mercado dá trinta, quarenta dias pra eles, né? No fim de quarenta dias, vai, paga o vale lá. E o dinheiro sai do bolso deles na hora para o empregado*” (SANTOS, 1997).

A resistência contra o vale foi também expressa de forma coletiva. Essa experiência foi relatada pelo senhor Henrique:

Aí a turma começou a reinar e não quiseram mais, queriam cheque. E se ele desse ordem era pro mercado que ele queria, e naquele mercado não dava certo porque era um pouquinho mais caro do que os outros mercados. Então daí o pessoal exigiu, pelo menos um cheque pré-datado que compravam no mercado que queriam. (LUZ, 1997).

Seu Henrique conta que a resistência continuou, até que “a gente se reuniu entre a turma né, e reclamou, aí ele cortou”. (LUZ, 1997). Seguindo o raciocínio do senhor Manoel, o senhor Henrique procura explicar porque os proprietários de olarias pagavam seus empregados em vale: “Se ele desse uma ordem pra pagar o mercado com trinta dias, eu acho que quem ganhava com aquilo ali era o empresário, né? Enquanto isso, o dinheiro dele estava correndo juro” (LUZ, 1997).

Considerações finais

Este estudo procurou narrar a história das condições de vida dos trabalhadores em olarias de Morro da Fumaça, entre 1970 e 1990. Evidenciou as relações de poder e resistência que se davam no cotidiano das olarias. Não tratamos aqui de classificar e registrar os trabalhadores, mas mostrá-los como sujeitos de sua própria história.

Divergimos de uma historiografia que privilegiava as abordagens de linha positivista, as forças socioeconômicas como determinantes e os estudos onde os trabalhadores eram vistos exclusivamente pela via do sindicato. Procuramos dar visibilidade para as práticas de solidariedade, as estratégias e lutas individuais e coletivas empreendidas no espaço da fábrica ou fora dela.

Por fim, o que nos interessou neste trabalho, tomando de empréstimo as palavras de Thompson, “foi a polarização de interesses antagônicos e sua correspondente dialética da cultura” (THOMPSON, 1979, p. 39). Interessou-nos perceber as formas de resistência e as estratégias de sobrevivência vivenciadas pelos trabalhadores em olarias, face aos antagonismos colocados pela experiência cotidiana.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1989.

BIFF, Claudino. *Morro da Fumaça e Sua Divina e Humana Comédia*. Tubarão: Coan, 1993.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas; GROSSI, Yonne de Souza. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 3, nov. 1986, p. 122 - 139.

DURHAM, Eunice R. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: perspectiva de investigação. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 21-37, jun. 1985.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os Trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MACHADO, Leda Viera. *Atores Sociais: Movimentos Urbanos, Continuidade e Gênero*. São Paulo: Annablume, 1995.

LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "Classes Populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39 – 67.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Tradicion, Revuelta Y Consciência de Classe*. Barcelona: Crítica, 1979.

VESENTINI, C.; DECCA, E. de. A Revolução do Vencedor. *Revista Contraponto*, n. 1, p. 70-85, 1976.

WEFFORT, F. *Participação Social e Conflito Industrial: Contagem e Osasco – 1968*. Cadernos Cebrap, 1971.

WEFFORT, F. *Sindicato e Política*. Tese de livre-docência, São Paulo: USP, 1975.

Fontes

Entrevistas

BORBA, Zeferino João de. Entrevistado. Morro da Fumaça. 22 ago. 1996.

DIAS, Antônio. Entrevistado. Morro da Fumaça. 2 mar. 1997.

LUZ, Carlos Henrique. Entrevistado. Morro da Fumaça. 20 fev. 1997.

MADEIRA, Gilberto. Entrevistado. Morro da Fumaça. 10 jan. 1997.

MADEIRA, José Fernandes. Entrevistado. Morro da Fumaça. 12 fev. 1997.

SANTOS, Manoel José dos. Entrevistado. Morro da Fumaça. 27 mar. 1997.

Poesias

MADEIRA, Gilberto. Poesia: Minha Cidade Sem Identidade (manuscrito).

MADEIRA, Gilberto. Poesia: “Terra” (manuscrito).

MADEIRA, Gilberto. Poesia: “Cidade sem identidade” (manuscrito).

Recebido em: 18/12/2010

Aprovado em: 9/5/2012